SF/26664.55229-51 (LexEdit)

SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Roberta Acioly

# REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Integração e do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, informações acerca das providências emergenciais, administrativas e operacionais adotadas pelo Governo Federal em apoio aos municípios do Estado de Roraima atingidos pelas fortes chuvas registradas em maio de 2026.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Integração e do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, informações acerca das providências emergenciais, administrativas e operacionais adotadas pelo Governo Federal em apoio aos municípios do Estado de Roraima atingidos pelas fortes chuvas registradas em maio de 2026.

Nesses termos, requisita-se:

1. Quais medidas emergenciais já foram adotadas pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional e pela Defesa Civil Nacional em apoio aos municípios atingidos pelas fortes chuvas no Estado de Roraima?

SF/26664.55229-51 (LexEdit)

2. Quais municípios já solicitaram reconhecimento federal de situação de emergência ou estado de calamidade pública e qual o estágio atual de análise dos respectivos processos?

3. Existe previsão de envio ou reforço de equipes técnicas federais para apoio aos municípios atingidos e à Defesa Civil estadual?

4. Quais recursos federais estão disponíveis ou poderão ser disponibilizados para assistência humanitária, restabelecimento de serviços essenciais e recuperação da infraestrutura danificada?

5. Há previsão de abertura de crédito extraordinário, programa especial ou outra medida excepcional destinada ao atendimento dos municípios afetados pelas chuvas em Roraima?

6. Quais ações estão sendo planejadas ou executadas para recuperação de pontes, estradas vicinais, rodovias e demais estruturas públicas afetadas?

7. O Ministério possui estimativa preliminar dos danos materiais, econômicos, sociais e ambientais decorrentes das fortes chuvas no Estado de Roraima? Em caso positivo, encaminhar os dados disponíveis.

8. Há previsão de apoio específico às comunidades isoladas, aos produtores rurais e às populações em situação de vulnerabilidade atingidas pelos alagamentos?

9. Quais critérios serão utilizados para definição das prioridades de atendimento e eventual liberação de recursos federais aos municípios afetados?

10. Existe cronograma de atuação federal para acompanhamento da situação, execução das ações emergenciais e apoio à reconstrução das áreas atingidas?

SF/26664.55229-51 (LexEdit)

11. O Ministério avalia a adoção de medidas adicionais de caráter excepcional caso o agravamento das chuvas resulte na ampliação das áreas afetadas ou na decretação de situação de calamidade pública em âmbito estadual?

12. O Ministério avalia a necessidade de reconhecimento federal de situação de emergência em novos municípios ou da adoção de medidas excepcionais em escala estadual, considerando os impactos já observados sobre a infraestrutura, a produção rural, a logística, o abastecimento e a atividade econômica em diversas regiões de Roraima?

## JUSTIFICAÇÃO

O Estado de Roraima enfrenta severos episódios de precipitação pluviométrica, com impactos simultâneos em grande parte de seu território e reflexos diretos sobre a população, a infraestrutura pública, a atividade econômica e a mobilidade regional.

As fortes chuvas registradas ao longo do mês de maio provocaram alagamentos, rompimentos de estradas e vicinais, destruição de pontes, isolamento de comunidades, prejuízos à produção rural e comprometimento da circulação de pessoas e mercadorias em diversas regiões do Estado.

Os impactos inicialmente identificados em municípios como Amajari, Alto Alegre, Bonfim, Cantá, Caracaraí, Iracema, Mucajaí, Normandia, Rorainópolis e Uiramutã já ultrapassam os limites territoriais dessas localidades e produzem reflexos econômicos, logísticos e sociais em todo o Estado.

A interrupção de estradas, o rompimento de pontes, o isolamento de comunidades rurais e as dificuldades de deslocamento comprometem o escoamento da produção agropecuária, o abastecimento de insumos, a circulação

SF/26664.55229-51 (LexEdit)

de mercadorias e o acesso da população a serviços essenciais, produzindo efeitos que alcançam os municípios de Estado.

Trata-se, portanto, de situação que não se restringe aos municípios inicialmente atingidos, mas que já apresenta potencial de comprometimento de atividades econômicas estratégicas para todo o Estado, exigindo atuação preventiva e coordenada dos entes federativos antes que os danos assumam proporções ainda maiores.

A situação torna-se ainda mais preocupante diante da continuidade do período chuvoso amazônico, que poderá ampliar os danos já verificados e exigir respostas cada vez mais céleres e coordenadas por parte do Poder Público.

A Constituição Federal estabelece como objetivo fundamental da República Federativa do Brasil a redução das desigualdades sociais e regionais, além de impor atuação cooperativa entre os entes federativos diante de situações que coloquem em risco a população, a infraestrutura pública e a continuidade dos serviços essenciais.

A experiência nacional demonstra que eventos climáticos extremos exigem pronta mobilização institucional, com atuação coordenada da União, dos Estados e dos Municípios, mediante assistência humanitária, apoio técnico especializado, recuperação da infraestrutura atingida e suporte às populações afetadas.

Roraima, em razão de suas particularidades geográficas, de seus desafios logísticos e da extensão dos impactos atualmente verificados, necessita da atenção prioritária do Governo Federal para minimizar os prejuízos humanos, sociais e econômicos decorrentes das fortes chuvas que atingem o Estado.

Diante da evolução do cenário, é fundamental conhecer quais medidas estão sendo adotadas pela União para apoiar os municípios afetados, bem como se existe avaliação técnica em andamento acerca da necessidade de reconhecimento federal de situação de emergência em novos municípios ou da adoção de medidas

excepcionais compatíveis com eventual agravamento do quadro em âmbito estadual.

Ante o exposto, o presente requerimento tem por objetivo obter as informações supracitadas.

Sala das Sessões, 29 de maio de 2026.

**Senadora Roberta Acioly**
**(REPUBLICANOS - RR)**

SF/26664.55229-51 (LexEdit)